ESTADO DE MINAS

Publicado em 22/06/2023 - 05:55

Bolsonaro lembra absolvição da chapa Dilma-Temer em 2017 e pede isonomia do TSE

Bolsonaro cita absolvição da chapa Dilma-Temer

BRUNO NOGUEIRA

O futuro político do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) começa a ser decidido hoje, às 9h, quando os sete ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se reúnem para julgar a ação movida pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) sobre a reunião realizada por ele com embaixadores, em julho do ano passado, na qual fez ataques à corte e às urnas eletrônicas, caso considerado abuso de poder político. Podendo se tornar inelegível por oito anos, ficando, portanto, fora da próxima eleição presidencial, Bolsonaro se reuniu ontem com aliados no Senado para discutir sua estratégia de defesa, às vésperas do julgamento.

Após sair do gabinete do filho, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o ex-presidente deu entrevista coletiva. Ele afirmou estar tranquilo porque acredita que não será condenado. "Não tem por que cassar meus direitos políticos por uma reunião com embaixadores, é só julgar com a mesma jurisprudência de 2017 que essa ação será arquivada", afirmou ele à imprensa.

Bolsonaro compara o seu caso ao processo que correu no TSE contra a chapa Dilma-Temer, em 2017. Na ocasião, os dois eram acusados de abuso de poder político e econômico ao usar recursos ilícitos para financiar a campanha – conhecido como Caixa 2 –, mas os ministros absolveram os ex-presidentes depois de desconsiderar provas agregadas ao processo posteriormente à fase legal de inclusão.

Segundo o ex-presidente, caso a corte eleitoral use a mesma jurisprudência no seu caso, ela se tornaria "frágil" e ele venceria o processo. "A jurisprudência não pode mudar de acordo com quem está sendo julgado, de acordo com a ideologia. Isso é péssimo para a democracia se eu for julgado de forma diferente do que foi a chapa Dilma-Temer em 2017", disse Bolsonaro.

A postura indica a provável estratégia de defesa, comandada pelo advogado Tarcísio Vieira, ex-ministro do TSE, que há seis anos votou pela absolvição do medebista, que era então presidente da República, porque Dilma já havia sofrido impeachment. O caso de hoje, no entanto, é essencialmente diferente, já que não se trata de um esquema de caixa 2, mas um ataque direto às instituições da República. O entorno de Bolsonaro considera que Bolsonaro estaria protegido pela prerrogativa do cargo ao fazer uma reunião com embaixadores e pelo princípio de liberdade expressão ao atacar as eleições.

Por outro lado, o acervo de provas da ação após o relator, ministro Benedito Gonçalves, agregar aos autos o documento conhecido como "minuta-golpista" encontrado com o ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, Anderson Torres, em que era cogitado o decreto de Estado de Defesa na Justiça Eleitoral. A inclusão ocorreu após o fim do processo legal de coleta de provas, o que em 2017 foi considerado inválido.

O documento, além de outros indicativos de possibilidade de golpe, é usado para reforçar o contexto de que Bolsonaro estaria planejando a tomada do poder de forma antidemocrática. Esse fato é rechaçado pelo ex-presidente, que disse sempre ter jogado dentro das "quatro linhas" da constituição. "Nunca vi golpe domingo. Nunca vi golpe sem arma", disse ele, fazendo também uma referência aos ataques do 8 de janeiro.

Ainda na entrevista, Jair Bolsonaro também argumentou que a decisão do TSE no caso Dilma-Temer permitiu a indicação de Alexandre de Moraes para vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), mas Temer havia indicado o magistrado meses antes. Hoje, Moraes é presidente do Tribunal Superior Eleitoral e vai conduzir o julgamento que deve se estender até o dia 29. "Eu espero que ele aja com imparcialidade, juntamente com o tribunal como um todo, porque os fatos são exatamente os mesmos", afirmou o ex-presidente.

Apesar de se dizer tranquilo, Bolsonaro também destacou que não gostaria de perder seus direitos políticos e deixou em aberto seu futuro, quanto a concorrer por outros cargos. "Não sei se vou ser candidato o ano que vem a prefeito, ou se no futuro vou ser senador ou presidente. Agora, para ser candidato, eu preciso manter os meus direitos políticos, e isso não é motivo (a acusação de se reunir com embaixadores)", completou.

COMISSÃO Ontem, durante a sabatina do advogado Cristiano Zanin na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), indicado pelo presidente Lula (PT) para a vaga no STF, Flávio Bolsonaro aproveitou seus 10 minutos de fala para defender o pai e reforçar a estratégia de defesa. O parlamentar leu reportagens antigas sobre a absolvição da chapa Dilma-Temer, lembrando que a decisão crucial do processo foi deixar de lado as provas provenientes de delação feitas por executivos da empreiteira Odebrecht.

Flávio parafraseou uma frase que teria sido dita pelo então presidente do TSE Gilmar Mendes: "O TSE cassa mais mandatos efetivos do que se fazia na ditadura", leu o parlamentar. Esse percurso foi feito para forçar Zanin a responder o que achava sobre a inclusão de provas no processo, após a fase de coleta. O indicado por Lula foi direto. "De modo geral, os processos têm um rito e cada fase que é encerrada não deve ser reaberta, o que se chama de preclusão. Excepcionalmente, desde que não haja prejuízo ao processo, o juiz ou relator pode entender que é possível juntar algum tipo de material, mas ao meu ver a regra deve ser a observância do rito", disse Zanin.

EVARISTO SÁ/AFP

> "É só julgar com a mesma jurisprudência de 2017 que essa ação será arquivada. A jurisprudência não pode mudar de acordo com quem está sendo julgado, de acordo com a ideologia. Isso é péssimo para a democracia se eu for julgado de forma diferente do que foi a chapa Dilma-Temer em 2017"
>
> **Jair Bolsonaro,** ex-presidente da República

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2026.